

A Revista Teoria e Prática da Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá, é um periódico de publicação quadrimestral, de caráter interinstitucional que congrega resultados de pesquisas da área de Educação e áreas correlatas, das diferentes regiões do Brasil e exterior. Tem recebido texto das linhas de ensino aprendizagem, formação e professores, políticas e história da educação.

Este número apresenta o tema da educação escolar indígena e educação do campo como áreas emergentes cujas pesquisas tem se ampliado no Brasil com variadas perspectivas, porém em sua grande maioria abordando a relevância da construção de uma educação específica e diferenciada entre as populações do campo e indígenas, com base nas conquistas de inclusão que estas populações tem adquirido nos últimos anos, principalmente após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que definiu direitos de cidadania e possibilidades de expressarem conhecimentos diferenciados nos diversos níveis e modalidades da educação escolar e não-escolar.

Desta forma o primeiro texto, intitulado *Liberdade e democracia: conhecimentos indígenas como base dos direitos humanos*, de autoria de Rosângela Celia Faustino; Débora Faustino Módenes e Isabel Cristina Rodrigues aborda o fato de os povos indígenas representarem comunidades diferenciadas, com culturas, conhecimentos, línguas e experiências milenares, próprias e que foram/são, expropriadas pelas ações mercantilistas/ capitalistas. Apresenta documentos e tratados internacionais como a Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho e a Declaração Universal dos Direitos do Povos Indígenas da ONU que combatem a dizimação e opressão aos povos indígenas por regimes colonialistas. Discute as políticas públicas de inclusão social na sociedade atual e os direitos às terras tradicionais, à saúde, educação, cultura, línguas e autonomia. Os resultados mostram que as sociedades democráticas se inspiraram na sabedoria e práticas indígenas para formularem ideais internacionais de democracia e liberdade.

O segundo texto, intitulado *A política da Educação Escolar Indígena e a gestão escolar: o que dizem os documentos?* de Marleide Rodrigues da Silva Perrude e Eliane Cleide da Silva Czernisz, tem por objetivo discutir a educação escolar indígena no Brasil partindo de questionamentos sobre a reforma gerencial e seu possível impacto na educação escolar indígena. Por meio de estudo bibliográfico e documental, problematiza os direcionamentos da política educativa para a organização da prática pedagógica, destacando os documentos que balizam a política educacional para os povos indígenas no âmbito da reforma do estado, gestão e educação escolar indígena.

Já o terceiro texto de Anatólia Daiane de Oliveira, Marli Lúcia Tonatto Zibetti, intitulado *Cultura não indígena na Escola do Povo Puroborá* tem como objetivo descrever e analisar como a cultura não indígena comparece no cotidiano da Escola Indígena de Ensino Fundamental Ywará Puroborá, discutindo a forma como os professores analisam as contribuições e os limites desse trabalho na escola. Os dados foram obtidos a partir de pesquisa do tipo etnográfico, realizada na Aldeia Aperoí, uma área rural localizada às margens da BR 429, no município de Seringueiras, Estado de Rondônia, na qual vivem sobreviventes do Povo Puroborá. Evidencia-se que o trabalho pedagógico desenvolvido pela professora da escola é influenciado pelos cursos de formação continuada aos quais ela teve acesso e que não são voltados para as especificidades da educação

escolar indígena. A professora busca atender às necessidades de aprendizagem de suas alunas, adequando as situações de aprendizagem à realidade em que atua.

O quarto texto aborda a temática das dificuldades da aprendizagem a partir de estudos documentais. Intitulado *Distúrbios e dificuldades de aprendizagem: contribuições da psicopedagogia para a Educação Escolar Indígena* de autoria de Rita de Cássia Alves, Maria Christine Berdusco Menezes, Maria Simone Jacomini Novak, faz um breve histórico da psicopedagogia, destacando seu objeto de estudo, as perspectivas teóricas e abordagens recentes, com atenção voltada à compreensão dos processos de aprendizagem humana e das diferentes formas de apropriação dos conhecimentos científicos por escolares. Aborda alguns equívocos que podem levar à situações de rotulação e preconceito em sala de aula. Verifica-se que o tema, embora muito relevante para a área de educação, pois remete à aprendizagem de todos, está ausente das discussões e estudos na área da educação escolar indígena. Afirma-se a necessidade de que o mesmo seja abordado sobre os pressupostos da interculturalidade e do bilinguismo em contextos indígenas.

O quinto texto intitulado *O ensino escolar na perspectiva intercultural às vistas da comunidade indígena Kaingang de Marrecas, Turvo-Pr* de autoria de Helen Leandra Barreto e Carla Luciane Blum Vestena apresenta aspectos da cultura kaingang, com dados da situação atual de uma comunidade indígena específica, Marrecas no Turvo-PR. Faz uma análise por meio de uma pesquisa etnográfica, da perspectiva da comunidade sobre olhar da interculturalidade educacional no ensino escolar. A pesquisa buscou conhecer e compreender as especificidades do local, investigando os significados e sentidos atribuídos a problemática, pela análise do discurso, observando quais as expectativas da comunidade para realização de diálogo intercultural. Como resultados, a comunidade demonstra uma realidade social diferenciada, primeiro econômica, advinda de uma associação para comercialização de erva-mate e do comércio de pinhão e artesanatos. Esta situação apresenta mudanças quanto ao modo de vida indígena, com problemáticas sociais e ambientais enfrentadas, apontando dificuldades vivenciadas pela comunidade que implicam diretamente ao ensino escolar, delas originaram-se reflexões e apontamentos específicos ao ensino.

Em continuidade às discussões de inclusão e educação diferenciada temos o sexto texto de Ramofly Bicalho, intitulado *História da Educação do Campo no Brasil e a Pedagogia da Alternância* cujo objetivo principal é mostrar a estreita articulação entre movimentos sociais, pedagogia da alternância e educação do Campo. Pensar o campo como lugar de resistência, trabalho, educação, luta pela terra e moradia. Compreendemos que o desenvolvimento das pesquisas em educação no campo no Brasil resiste entre outros aspectos, às seguintes dificuldades: estradas intransitáveis, escoamento da produção agrícola, fechamento de escolas do campo com péssimas condições de trabalho, inexistência de acesso à internet, descaso das secretarias estaduais e municipais de educação na organização das políticas públicas efetivas de educação do campo e formação de professores. Na investigação privilegiou-se a análise documental, os acervos bibliográficos disponíveis nas instituições pesquisadas e encontros com docentes, discentes da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, bem como bolsistas do PET Educação e Movimentos Sociais, envolvidos com práticas de alternância no Estado do Rio de Janeiro.

O sétimo texto intitulado *Estado, Políticas Neoliberais e os (DES) Encontros na Implementação da educação do Campo no Paraná* de Caroline Mari de Oliveira e Maria Aparecida Cecílio tem como objetivo analisar as relações entre o Estado e as políticas neoliberais que propiciam os encontros e desencontros na implementação de políticas públicas para a Educação do Campo no Paraná a partir da década de 1990. Tal análise fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, amparada nos fundamentos teóricos e

metodológicos do materialismo histórico. O objeto do trabalho está situado no âmbito da luta de classes, característica da sociedade capitalista. Apresenta-se o Estado capitalista em articulação com as políticas neoliberais e que se torna mínimo para o social e máximo aos interesses do Capital, consolidando projetos de reformas estruturais no Estado brasileiro e na educação a partir de 1990, os quais lançaram bases para que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST tivessem relações consensuais e contraditórias com o Estado para o fomento de políticas públicas para a educação do Campo no Paraná.

O oitavo texto se intitula a *Pedagogia Feminista na Perspectiva da educação popular com mulheres assentadas do MST* tendo como autoras Márcia Alves da Silva, Eliane Godinho Corrêa e Carla Negretto. Apresenta e discute uma experiência investigativa e de extensão acadêmica na área da educação popular. Investigou-se o processo de construção dos sentidos do trabalho feminino e sua relação com a categorização de gênero, a partir das histórias de vida de mulheres aliadas com a produção artesanal produzida pelas participantes em um espaço de educação não-formal. As memórias dos grupos são resgatadas não apenas a partir da oralidade, mas também na produção do artesanato, de forma coletiva e solidária. O trabalho vem sendo realizado há mais de três anos com grupos de mulheres assentadas participantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no interior da cidade de Pinheiro Machado, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi possível perceber a construção e o fortalecimento de uma coletividade, onde se desconstrói parâmetros historicamente construídos, buscando ressignificar o feminino em um processo de aprendizagem.

O nono texto é intitulado *Projetos de vida e Educação de Jovens Rurais: Implicações do Campo em suas Escolhas* cujos autores são Flávia Mendes de Andrade e Peres e Ezequiel Alves Barbosa. Discute os eixos, juventudes rurais e projetos de vida, relacionando-os em uma pesquisa exploratória realizada com jovens moradores da zona rural de um município pernambucano, no nordeste do Brasil. Problematizou-se as implicações educacionais sobre os projetos de vida de jovens rurais, a partir de uma abordagem histórico-cultural. Participaram da pesquisa 80 alunos do 3º ano do ensino médio de uma escola pública em Orobó-PE, submetidos a questionários estruturados para os fins da pesquisa. As análises versaram sobre a perspectiva desses jovens para determinadas escolhas futuras e o papel da escola e das mediações da disciplina de química, tomada como exemplo pela relevância no contexto das atividades praticadas em contextos camponeses, nessa tomada de decisão. Os resultados apontam que os jovens rurais do contexto analisado já não identificam na profissão de agricultor uma escolha viável em suas vidas, e indicam a migração para contextos urbanos como necessários à concretização de seus projetos. A escassez de oferta escolar na zona rural e de políticas públicas para a criação de alternativas formativas recreativas aos jovens demonstram contribuir com o quadro da migração. Desse modo atenta-se para o papel da educação nas motivações dos sujeitos e enfatiza-se a importância de um processo educativo que considere as especificidades do campo.

O décimo texto, intitulado *Da oferta da educação escolar no campo ao fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR* com autoria de Ivania Piva Mazur, Clésio Acilino Antonio, refere-se à discussão sobre uma pesquisa de mestrado concluída no ano de 2016. Objetivou-se analisar o processo de fechamento e tentativas de fechamento das escolas no campo, de anos finais do Ensino Fundamental em Itapejara D'Oeste, região Sudoeste do Paraná, evidenciando seus determinantes gerais e específicos. Realizou-se pesquisa qualitativa, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, como um estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas e análise documental. Entre os principais resultados, destacou-se que a redução das matrículas das escolas existentes no campo, no município em estudo, esteve relacionada à

perda de população camponesa em decorrência da expansão do capitalismo no campo e a oferta da educação escolar no campo que ocorre de forma precária e insuficiente comprovando o descaso dos poderes públicos com a educação da população do campo.

O décimo primeiro texto intitulado *Educação e Educação do Campo no plano municipal de educação de Alto Araguaia-MT* de autoria de João Eliezer Herculano refere-se a discussão dos conceitos de Educação e Educação do Campo contidos no Plano Municipal de Educação (PME) de 2015 em Alto Araguaia-MT. Teve como objetivo averiguar se as concepções contidas no PME estabelecem nexos com o que fundamentam as abordagens teóricas de educação emancipadora. O conceito de educação apreendido no levantamento apontou para uma visão de educação que extrapolou o contexto escolar, tratando-se de um fenômeno que acontece em uma multiplicidade de lugares, de diferentes maneiras em todas as esferas da sociedade.

Rosângela Célia Faustino
Maria Christine Berdusco Menezes